



*Aportes internacionales para a pesquisa
sobre sindicatos em educação*

I4

A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina

*Julián Gindin¹ &
Savana Diniz Gomes Melo²*

Introdução

Neste texto, concentramo-nos no mapeamento da produção desenvolvida a partir da década de 1980 sobre o tema sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina. Nosso objetivo é identificar os principais interesses dos pesquisadores do campo e demonstrar a ocorrência de um processo de internacionalização do debate que se encontra em pleno desenvolvimento. Esperamos, ao fazê-lo, subsidiar o avanço do campo de pesquisas que tenham esse objeto de investigação.

Não há pretensão de promover um estado da arte, o que excederia às nossas possibilidades. Por isso, embora se registre a discussão do tema sindicalismo dos trabalhadores em educação de forma direta ou tangencialmente em muitos trabalhos, eventos, projetos de pesquisa e organizações,³ partimos de produções sele-

1 Doutorando em sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), investigador do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (Nupet). E-mail: jgindin@iesp.uerj.br.

2 Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, investigadora do Grupo de Pesquisa Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFMG) e da Rede Latino-americana de estudos sobre o Trabalho Docente (Rede Estrado). E-mail: savanadiniz@yahoo.com.br.

3 No caso do Brasil, em algumas das instâncias acadêmicas, foram apresentados trabalhos sobre sindicalismo dos trabalhadores em educação. São elas a Associação Nacional de

cionadas que consideramos representativas das preocupações dos pesquisadores da área e as inscritas no citado processo de internacionalização que nos interessa sublinhar.

A nossa participação nos projetos do Laboratório de Políticas Públicas desenvolvidos entre 2003 e 2007⁴ e nas atividades de duas redes latino-americanas de pesquisadores nos outorga uma posição privilegiada para tratar do processo de internacionalização do debate, mas, ao mesmo tempo, convém destacar, pode acarretar unilateralidade à análise. Com efeito, a situação latino-americana não é a única via para a internacionalização da pesquisa⁵ e muitos dos pesquisadores não participaram nem participam dos circuitos de debate e produção acadêmica que aqui reconstruímos. De qualquer modo, sustentamos que o processo de internacionalização do debate sobre a atividade sindical dos trabalhadores em educação é basicamente latino-americano e os seus principais atores têm, de diferentes maneiras, circulado por alguns dos projetos de pesquisa e instâncias de debates acadêmicos que aqui reconstruímos.

Feita essa ressalva, pode-se afirmar que a análise da produção em torno da temática da qual se partiu na produção deste texto aponta que as preocupações que orientaram as pesquisas não são superadas ou abandonadas completamente; mas pode-se identificar o momento em que estas se manifestam originalmente no campo e como são tratadas em etapas subsequentes. Para tanto, na sequência do texto, apontar-se-ão as produções selecionadas, por ordem cronológica de sua publicação nos últimos 30 anos, tendo como ponto de partida a referida década de 1980 e ponto de chegada a de 2010, de modo a oportunizar a identificação das inflexões expressas no campo, buscando, em alguns momentos, relacioná-las ao contexto em que estas emergem, sobretudo ao que tange o movimento de internacionalização dos debates.

Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

- 4 A participação no Laboratório refere-se a Gindin enquanto nas redes latino-americanas esta refere-se a ambos os autores.
- 5 Existem no Brasil, por exemplo, pesquisadores que dialogam com a produção portuguesa e francesa, basicamente na história da educação (Libania Xavier, Paula Vicentini, Rosário Lugli).

A década de 1980:

Mobilização, ação coletiva e história da categoria

Embora possam se encontrar antecedentes, a produção sobre sindicalismo docente na América Latina começou em 1979-1980 e manteve, nos anos seguintes, um horizonte nacional centrado nas mobilizações dos trabalhadores em educação e a história das associações ou sindicatos. Tal produção refletia as grandes mobilizações dos trabalhadores em educação ocorridas naquela década.

Em vários países – e fundamentalmente no México e Brasil, onde o ciclo de mobilizações começou em 1978 e 1979 respectivamente – era difícil encontrar antecedentes de greves tão radicais. Em países como Peru, Uruguai, Argentina, Bolívia e Chile, onde, entre 1968 e 1975, tinham sido levadas adiante vigorosas experiências sindicais, a mobilização sindical foi retomada.

Este processo de agitação dos sindicatos de trabalhadores em educação na região se explica pela longa recessão econômica que debilitou as contas fiscais e, por essa via, as remunerações dos trabalhadores em educação; a continuidade da expansão do sistema educacional alcançada em parte por meio da redução salarial dos trabalhadores do sistema; as altas taxas de inflação que empurravam os trabalhadores a conflitos para a manutenção do poder aquisitivo; e, por fim, os processos de democratização política que possibilitaram a abertura suficiente para que o mal-estar se expressasse e politizasse os movimentos.

Entre os temas de pesquisa nessa década, apareceram três que merecem destaque: a própria mobilização dos trabalhadores, expressa por mecanismos de participação, métodos de luta, greves e democracia sindical; a identificação dos docentes como “trabalhadores em educação”; e a história *protossindical* ou sindical da categoria. Alguns trabalhos emblemáticos dessas preocupações são Pezo, Ballón e Peirano sobre o Peru, Núñez sobre o Chile, Ribeiro sobre São Paulo/Brasil, Loyo e Cook sobre o México, Vázquez & Balduzzi sobre a Argentina e Mosquera sobre o Equador.⁶

6 C. Pezo, E. Ballón & L. Peirano, *El magisterio y sus luchas 1885-1978*, Lima, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1981; I. Núñez, *Gremios del Magisterio. Setenta años de Historia (1900-1970)*, Santiago, Programa Interdisciplinario de Investigaciones en Educación, 1986; M. L. S. Ribeiro, *A formação política do professor de primeiro e segundo graus*, São Paulo, Cortez, 1984; A. Loyo, *El movimiento magisterial de 1958 en México*, México, Era, 1979; M. L. Cook, *Organizing dissent. Unions, the State and the democratic teacher' movement in México*, Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press, 1996; S. Vázquez & J. Balduzzi, *De apóstoles a trabajadores. Luchas por la unidad sindical docente 1957-1973*, Buenos Aires, IIPMV/Ctera, 2000; V. Mos-

Muitas temáticas hoje consideradas relevantes ou com maior presença na bibliografia não figuravam com destaque nessa primeira fase de produção sobre sindicalismo docente. Esse é o caso das questões educacionais e da relação com os governos, que, a partir da década de 1990, ganhariam mais presença. A tese de Cortina⁷ sobre as relações de gênero no sindicato do Distrito Federal mexicano constituiu uma exceção, mas, nas décadas seguintes, a questão de gênero se faria mais presente, particularmente no Brasil. Vianna⁸ enfatiza como a produção brasileira da área da educação tinha (sub)tratado a questão do gênero nos estudos sobre sindicalismo docente. A preocupação sobre o gênero continua sendo considerada no Brasil por Ferreira.⁹

A década de 1990:

Desmobilização sindical e reformas educacionais

A estabilização econômica, a hegemonia ideológica do neoliberalismo e a institucionalização dos movimentos emergentes na década anterior foram alguns dos elementos que explicam a menor capacidade de mobilização das organizações docentes na década de 1990.¹⁰ Os trabalhos que apresentavam a mobilização e a história da categoria basicamente relativizaram as impressões da década de 1980 e complexificaram as análises. Esse é o caso da pesquisa de Orozco¹¹ sobre o professorado de La Paz, que constitui o segmento mais combativo do professorado boliviano. No México, os professores opositores organizados na Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación (CNTE) conheceram severas limitações para avançar

quera, “Los límites del Estado neoliberal y la conflictividad en el sector público: el caso de la UNE (1979-1994)”, Quito, Pontificia Universidad Católica de Ecuador, 2002, tesis de maestría en sociología.

- 7 R. Cortina, “Power, gender and education: Unionized teachers in Mexico City”, Stanford, Stanford University, 1985, PhD. dissertation in education.
- 8 C. Vianna, *Os nós do “nós”. Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*, São Paulo, Xamã, 1999.
- 9 M. O. V. Ferreira, “Mulheres e homens em sindicato docente: Um estudo de caso”, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Vol. 34, n. 122, 2004; idem, “Desconforto e invisibilidade: Representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes”, *Educação em Revista*, n. 47, Belo Horizonte, jun 2008.
- 10 No Peru, a desmobilização foi repressiva, mas se tratou de uma exceção.
- 11 N. Orozco, *Al maestro sin cariño. Movimiento social del magisterio*, La Paz, Idis/Umsa, 2003.

dentro do sindicato, reproduzindo algumas práticas que tinham rejeitado na década de 1980, como apontam os trabalhos de Street, Arriaga e Cortés.¹² No Brasil, o trabalho de Vianna¹³ é o exemplo mais conhecido sobre a “crise” da mobilização, constatação comum nas teses e dissertações brasileiras a partir de meados dos anos 1990. Nesses dois países, a história sindical da categoria passou a ser objeto de trabalhos mais abrangentes e sistemáticos como os de Ferreira Jr. & Vicentini para o caso brasileiro,¹⁴ e Arnaut e Ramos para o caso mexicano.¹⁵

Um segundo processo que convocou os pesquisadores foi a posição dos sindicatos perante a agenda de reformas instalada na América Latina no início da década de 1990. Ainda que com diferenças entre os países, a estabilização econômica e a hegemonia ideológica e política do neoliberalismo possibilitaram instalar nos países ditos em desenvolvimento uma série de reformas que produziu tensões com as organizações dos trabalhadores em educação.¹⁶ Isso porque, se é verdade que no México a transferência das escolas da rede federal para os estados foi negociada, tratou-se de exceção, a regra foi que essas reformas fossem empreendidas sob forte oposição dos sindicatos e os trabalhadores em educação realizaram expressivas manifestações dessa oposição. Entre os temas mais controvertidos destacam-se a transferência da gestão das escolas para os municípios e/ou os estados e a flexibilização trabalhista.

-
- 12 S. Street, “El SNTE y la política educativa, 1970-1990”, *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. LIV 2, México, Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, abr-mai 1992; M. de la L. Arriaga, “Impacto político de las luchas magisteriales en México (1979-2000)”, México, Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, 2002, tesis de maestría en ciencias políticas; J. V. Cortés, “El movimiento magisterial oaxaqueño. Una aproximación a sus orígenes, periodización, funcionamiento y grupos políticos sindicales”, in Joel Vicente Cortés (coord), *Educación, sindicalismo y gobernabilidad en Oaxaca*, Oaxaca, SNTE, 2006.
 - 13 C. Vianna, op. cit.
 - 14 A. Ferreira Jr., “Sindicalismo e proletarização: A saga dos professores brasileiros”, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998, tese de doutorado em história social; P. P. Vicentini, “Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)”, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002, tese de doutorado em educação.
 - 15 A. Arnaut, *História de una profesión. Los maestros de educación primaria en México, 1887-1994*, México, Centro de Investigaciones y Docencia Económicas, 1996; G. P. Ramos, *Historia del Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación*, México, Stunam, 2000.
 - 16 No Chile algumas das reformas mais agressivas são anteriores, da década de 1980, e o começo da década significou, pelo contrário, avanços trabalhistas (com um estatuto docente que renacionalizou a discussão trabalhista).

Uma publicação organizada como resultado de um seminário promovido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), sede argentina, e a Fundación Concretar tem um título expressivo: *Es posible concertar las políticas educativas?*¹⁷ O estudo apresenta um fenômeno que se consolidaria: o interesse de organizações dedicadas à política educacional na pesquisa sobre sindicalismo dos trabalhadores em educação. Inversamente, desde os setores críticos às reformas, denunciavam-se esses processos de concertação; é também expressivo o próprio título do livro de Gentili, *A falsificação do consenso*.¹⁸

Era necessário que as reformas fossem implementadas para que a relação entre sindicatos e reformas pudesse ser objeto de pesquisas empíricas. Algumas pesquisas desenvolvidas em diferentes programas de pós-graduação que conseguiram analisar com detalhes a relação entre governos e sindicatos nesses processos foram as de Delgado e Muñoz sobre a descentralização do sistema educacional na Argentina e México¹⁹ e a de Piton sobre o caso do Paraná,²⁰ onde o governo do estado foi um dos mais radicais aplicadores das reformas no período.

A partir da segunda metade da década, organizaram-se projetos internacionais de pesquisa que dinamizaram a produção na área e começaram a internacionalizar o debate das reformas e do papel das organizações sindicais nesse processo.²¹ Em 1998, o Programa de Promoção da Reforma Educacional na América Latina e Cari-

17 Flacso & Fundación Concretar, *Es posible concertar las políticas educativas? La concertación de políticas educativas en Argentina y América Latina*, Buenos Aires, Miño y Dávila, 1995.

18 P. Gentili, *A falsificação do consenso. Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*, Petrópolis, Vozes, 1998.

19 M. Delgado, “El sindicalismo docente frente a la aplicación de las políticas neoliberales en educación: El caso de Ctera y las transferencias de servicios educativos a las jurisdicciones provinciales”, Buenos Aires, Flacso Argentina, 2002, dissertação de mestrado em ciências sociais; A. Muñoz, *El sindicalismo mexicano frente a la reforma del Estado. El impacto de la descentralización educativa y el cambio político en el Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación 1992-1998*, México, Universidad Iberoamericana, 2005.

20 I. M. Piton, “Políticas educacionais e movimento sindical docente: Reformas educativas e conflitos docentes na educação básica paranaense”, Campinas, Unicamp, 2004, tese de doutorado em educação.

21 O trabalho de I. Núñez (*Las organizaciones de los docentes en las políticas y problemas de la educación. Estado del arte*, Santiago, Unesco/Reduc, 1990) destaca-se como um antecedente de importância no início da década, já abordando o sindicalismo em escala regional.

be e a Flasco, sede argentina, promoveram o projeto “Sindicalismo docente e reforma educacional na América Latina”. O projeto contou com a realização de seminários de discussão, a organização de um livro com um horizonte propriamente latino-americano;²² uma série de informes nacionais sobre os casos argentino, brasileiro (São Paulo), uruguaio, nicaraguense, costarricense e salvadorense e o informe final de sistematização, de autoria de Palamidessi.²³

No final da década, precisamente em 1999, sob o impulso da reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clasco) “Educação, trabalho e exclusão social” é fundada a Rede de Estudos Sobre Trabalho Docente (Rede Estrado). Seu objetivo era constituir-se em espaço de comunicação e produção de novos conhecimentos entre investigadores latino-americanos sob o tema “trabalho docente” como categoria de análise, a partir de pesquisas e problematizações sob diferentes ângulos. Um desses ângulos era a perspectiva sindical. A partir dessa Rede, a produção sobre o tema e sua socialização na América Latina – e para além dela –, dar-se-ão de forma crescente, como expressão de seu próprio processo de consolidação e expansão, o que se observará na década seguinte.

Década de 2000:

Os sindicatos de trabalhadores em educação e as análises da acomodação das reformas educacionais

A década de 2000 mostra a continuidade do interesse de agências internacionais com um claro perfil político no debate regional sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação, e dos pesquisadores da área educacional, como expressão do mesmo processo. Entretanto, a sociologia do trabalho e os autores que analisaram a implantação das reformas trabalhistas neoliberais em geral continuavam afastados da pesquisa sobre esse segmento da população assalariada.²⁴ Em termos políticos, a

22 G. Tiramonti & D. Filmus (coords), *Sindicalismo docente y reforma en América Latina*, Buenos Aires, Flasco/Temas grupo editorial, 2001.

23 M. Palamidessi, “Sindicatos docentes y gobiernos: Conflictos y diálogos en torno a la reforma educativa en América Latina”, *Documentos de Trabajo* n. 28, Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina y el Caribe, Santiago, Preal, 2003.

24 Uma exceção é o trabalho de M. V. Murillo (*Labor market, partisan coalitions and market reforms in Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001), que inclui o caso dos professores ao comparar como foram introduzidas as reformas de mercado na Argentina, no México e na Venezuela.

erosão do neoliberalismo inaugurou uma situação regional mais heterogênea e, em alguns países, as organizações de trabalhadores em educação passaram a enfrentar ou a apoiar (com desigualdades e tensões) os governos.

Em 2003, o Observatório Latino-americano de Políticas Educacionais/Laboratório de Políticas Públicas (Olped/LPP) deflagrou um projeto de pesquisa sobre conflitividade educacional na América Latina. O projeto contou inicialmente com o financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (Unesco-sede Santiago) e propôs a realização de uma cronologia sobre a conflitividade dos trabalhadores em educação em 18 países da região, no período de 1998-2007, reunindo uma série de textos e documentos disponíveis *on line*, bem como a realização de estudos de caso sobre Argentina, Peru, Brasil, Chile, Equador e México. Um produto com resultados dessa fase do projeto é o livro de Gentili e Suárez.²⁵ O projeto se desdobrou até 2007, com novos estudos de caso sobre os sindicatos de trabalhadores em educação e o direito à educação no México, na Colômbia e no Chile.

A Fundação Konrad Adenauer promoveu – por meio do Programa Políticas Sociais na América Latina da sede Rio de Janeiro – uma série de estudos nacionais, a maioria deles editados em 2008. É de se destacar a participação de membros de países sobre os quais praticamente não existiam trabalhos disponíveis e cuja produção reflete a situação política regional heterogênea e permite fazer alguns balanços das reformas educacionais da década de 1990. Os estudos foram realizados sobre os casos de Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador e México.²⁶

À agenda de reformas trabalhistas que geraram tensões com as organizações docentes somou-se a questão da avaliação docente nos casos do Chile²⁷ e do Equador,²⁸ e as reformas dos estatutos docentes, que, em alguns casos, também envolve-

25 P. Gentili & D. Suárez (coords) *Reforma educacional e luta democrática. Um debate sobre a ação sindical docente na América Latina*, São Paulo, Cortez, 2004.

26 Os informes dos três projetos internacionais citados podem ser acessados no site da rede de pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação. Cf.: <http://nupet.iesp.uerj.br/rede/artigosetextos.htm>.

27 J. Inzunza, “La evaluación docente en Chile: Institucionalización y simulacro”, in J. Gindin (org), *Sindicalismo docente en América Latina. Experiencias recientes en Bolivia, Perú, México, Chile y Argentina*, Rosario, Ediciones de Amsafe Rosario, 2008.

28 R. M. Torres, *¿Revolución educativa sin revolución docente? Organizaciones docentes y educación pública en el Ecuador*, Rio de Janeiro, Fundación Konrad Adenauer, 2009.

ram a implementação de mecanismos de avaliação docente, em países como Peru²⁹ e Colômbia.³⁰ Nesses casos, os governos avançaram em geral contra os sindicatos (com exceção do Chile, onde a avaliação foi negociada). Na Bolívia, no Uruguai, na Argentina e no Brasil, diferentemente, o novo contexto político permitiu a paralisação de algumas reformas rejeitadas pelos sindicatos e a instalação na agenda da política educacional de algumas das suas demandas.

Em paralelo, os próprios sindicatos de trabalhadores em educação – em parte interpelados pelas reformas e em parte preocupados em reconstruir a sua história – promoveram pesquisas e apresentaram trabalhos em seminários especializados. Entre esses trabalhos, destaca-se o produzido pelas organizações sindicais dos trabalhadores em educação do Brasil, do Uruguai, do Chile e da Argentina que, por meio de um projeto de pesquisa compartilhado – coordenado pelo Laboratório de Políticas Públicas³¹ – realizaram estudos sobre as reformas educacionais que incluíram com destaque a situação e a atuação do movimento sindical dos trabalhadores em educação nesses países. Entre as histórias sindicais produzidas pelos sindicatos, encontram-se a história da Ctera na Argentina³² e a do Colégio de Professores do Chile.³³

As três iniciativas promovidas por Flacso/Preal, LPP e a Fundação Adenauer, entre 1998 e 2008, aproximaram alguns pesquisadores, familiarizaram-nos com a situação regional e possibilitaram contar com informações comparáveis sobre diferentes países. Também potencializaram pesquisas em países onde a produção era – e continua sendo – muito pequena e pouco conhecida pelos especialistas dos países centrais da região.

O segundo processo que dinamizou a internacionalização do debate e da comunidade de pesquisadores na área foi a organização de seminários especializados de discussão. Esses eventos, promovidos ou articulados a redes de pesquisadores (so-

29 S. Chiroque, “Sindicalismo docente y desarrollo del neoliberalismo en la educación peruana (1990-2009)”, II Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos trabalhadores em Educação, Rio de Janeiro, Iuperj, 2010.

30 O. Pulido, *La Federación Colombiana de Educadores (Fecode) y la lucha por el derecho a la educación. El Estatuto Docente*, Buenos Aires, Laboratório de Políticas Públicas, 2008.

31 Ctera et alii., *Las reformas educativas en los países del cono sur: Un balance crítico*, Buenos Aires, Clacso, 2005.

32 S. Vázquez & J. Balduzzi, op. cit.

33 I. Ljubetic Vargas, *Historia del magisterio chileno*, Santiago, Ediciones del Colegio de Profesores, 2004.

bre trabalho docente e sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação) permitiram a discussão de dissertações e teses concluídas ou em andamento. Embora a produção neles apresentada seja naturalmente mais heterogênea do que aquela produzida no marco dos projetos internacionais de pesquisa citados, a importância desses seminários reside em vários aspectos: no seu caráter de continuidade; sua constituição como espaços abertos ao conjunto dos pesquisadores da área; na oportunidade de interlocução entre pesquisadores e ampliação da percepção da produção no campo; na possibilidade de identificação de lacunas de conhecimento; no impulso que representa para a formulação de novas questões de pesquisa que venham a preencher essas lacunas, de forma articulada, em projetos nacionais e internacionais, de caráter acadêmico.

A partir de 2000, a Rede Estrado começa assim a se desenvolver e a se consolidar. Nesse processo, promove vários seminários dos quais atuaram ativamente sindicatos argentinos, com a participação orgânica da Confederação dos Trabalhadores em Educação da República Argentina (Ctera) na Rede. As apresentações em geral foram orais e a organização não reuniu registros das exposições, de modo que não se pode ainda identificar os temas então abordados.

Em 2006, a Rede adotou um formato acadêmico para seus seminários bianuais, passando a receber inscrições de trabalhos de diferentes investigadores que trabalham na área em torno de eixos temáticos, sendo um deles dedicado à temática “Trabalho e sindicalismo docente”. Desde essa ocasião, a Rede Estrado passou a registrar, armazenar e publicar em sua página Web os trabalhos apresentados, bem como a organizar e a promover publicações impressas coletivas sobre os temas abordados nas exposições dos pesquisadores convidados.

No VI Seminário, realizado no Rio de Janeiro, em 2006, foram apresentados cinco trabalhos à mesa “Condição docente: Profissionalismo e sindicalismo”, sobre os casos da Argentina e do Brasil. No VII Seminário, Buenos Aires, 2008, na mesa “Organização do trabalho e sindicalismo docente”, foram apresentados 14 trabalhos, um internacional e os demais sobre os casos da Argentina e do Brasil. Os principais temas abordados foram relativos às políticas educacionais e às lutas dos docentes no Brasil e na Argentina. Além da Ctera, participaram do seminário, compondo as mesas e/ou com apresentação de trabalhos, os sindicatos de base das províncias de Santa Fé (Amfase) e Buenos Aires (Suteba).

No VII Seminário, dez trabalhos foram publicados, com diferentes abordagens sobre o tema, tais como política educativa, resistência e as lutas sindicais, dilemas políticos organizativos do sindicalismo, identidade docente, gênero, profissionalização, entre outros. Esses trabalhos contemplavam tanto a educação básica como

a superior, com abordagens nacionais ou estaduais, envolvendo Argentina, Brasil e Cuba.

O VIII Seminário, realizado em Lima, em 2010, também contou com 10 trabalhos publicados, em sua maioria estudos nacionais e/ou estaduais, envolvendo Argentina, Brasil, Cuba, México e, também, o caso de Portugal, que extrapolou o âmbito latino-americano. Os temas tratados nesses trabalhos foram as negociações sindicais, a história do sindicato, a representatividade sindical, a gestão sindical, a organização docente e gênero, sob distintos enfoques, recortando tanto a educação básica como a superior. Dois trabalhos se distinguem por ultrapassar as fronteiras nacionais, um deles aborda a organização e a resistência docente na América Latina e o segundo trata de explicitar trabalhos sobre o tema apresentados em 2009, em seminário promovido por uma rede de pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação, que abordaremos em seguida.

Em 2009, quando é fundada a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, ocorre um novo impulso à socialização e produção de pesquisas sobre o objeto em pauta.

Como não há limites geográficos, a rede pode potencialmente enriquecer as pesquisas desenvolvidas na área a partir da vinculação com as pesquisas desenvolvidas em outras regiões. Com um perfil claramente interdisciplinar, constitui-se como espaço de encontro de pesquisadores que desenvolvem os seus trabalhos sob os enfoques da história da educação, do trabalho docente ou da sociologia do trabalho, sendo integrada por centros de pesquisa de diferentes universidades brasileiras e reúne, em sua página Web, dissertações, teses, artigos acadêmicos e relatórios de pesquisa sobre o associativismo e o sindicalismo dos trabalhadores em educação.³⁴

Os seminários anuais promovidos pela Rede contaram com trabalhos da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), do Sindicato de Professores de Minas Gerais (Sinpro-MG), da Federação de Docentes das Universidades Nacionais da Argentina e da Federação Uruguaia de Maestros.

Ao todo, no primeiro seminário realizado em 2009, foram publicados 22 trabalhos, inseridos em oito temários principais, que tiveram notória abrangência nacional, circunscrita ao Brasil, com os seguintes temas: teoria e problemas de pesquisa; estudos comparativos; a pesquisa sobre sindicalismo docente no Brasil; trabalho, resistência e ação coletiva; o associativismo docente no Brasil; o novo sindicalismo

34 Cf. <http://nupet.iesp.uerj.br/rede.htm>.

e os professores; o movimento docente na década de 1990; e a pesquisa e o movimento sindical educacional.³⁵

Em 2010, no II Seminário da Rede, participaram pesquisadores do Brasil, do México, dos Estados Unidos, de Portugal, da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Peru, do Paraguai e do Equador. Ao todo foram publicados 37 trabalhos que apresentaram distintos referenciais e recortes. Nota-se o aparecimento de estudos de caráter nacional envolvendo, além do Brasil, outros países da América Latina e Europa – como Peru, México, Portugal –, fomentando a internacionalização do debate. As publicações trataram de temáticas agrupadas em 9 eixos: a pesquisa sobre os sindicatos de trabalhadores em educação; trabalho docente e organização coletiva; conflitividade e negociação coletiva; as associações tradicionais de professores; raça, gênero e sindicalismo na educação; história contemporânea dos sindicatos no Peru, México, Portugal e Brasil; sindicalismo e educação; pesquisas apresentadas pelas organizações de trabalhadores em educação; e participação a sindicatos de trabalhadores em educação.³⁶

A pesquisa contemporânea sobre as organizações sindicais, agora sem a ebulição própria dos estudos que refletiram a mobilização dos anos 1980 e sem a orientação tão marcada pela agenda das políticas públicas características dos projetos internacionais financiados pela Unesco, o Preal e as fundações Adenauer e Ford mostram uma importante vitalidade. No México, a *Revista Mexicana de Investigación Educativa* organizou, em 2008, um número especial sobre sindicalismo docente na América Latina, apresentado por Aurora Loyo. No caso da Argentina, pode se falar de um fortalecimento da investigação na área. Nos últimos cinco anos foram defendidas teses sobre a história do principal sindicato docente de São Paulo,³⁷ a história das associações e sindicatos dos trabalhadores em educação em São Paulo³⁸ e Rio de Janeiro,³⁹ as relações dos sindicatos com o estado, em Buenos

35 M. O. V. Ferreira, “Uma análise da produção sobre associativismo e sindicalismo de trabalhadores em educação: A constituição de uma rede de pesquisadoras/es”, Rio de Janeiro, 2010.

36 Cf. <http://nupet.iesp.uerj.br/rede/seminario2010.htm>.

37 R. P. de Paula, *Entre o sacerdócio e a contestação: Uma história da Apeoesp (1945-1989)*, Marília, Universidade Estadual Paulista, 2007, tese de doutorado em história.

38 H. L. Cruz, “Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica”, Brasília, Universidade de Brasília, 2008, tese de doutorado em sociologia.

39 E. da S. Rêses, “De vocação para profissão: Organização sindical docente e identidade social do professor”, Brasília, Universidade de Brasília, 2008, tese de doutorado em sociologia.

Aires,⁴⁰ as “autoconvocatórias” docentes na Argentina,⁴¹ a história do professorado de San Luis Potosí, México, entre 1921 e 1943,⁴² e as lideranças da seção XVII (Vale de Toluca) do sindicato nacional mexicano.⁴³

Temas, debates e tendências expressos na pesquisa da área

O estudo da produção da área indica que alguns temas têm recebido maior atenção por parte dos pesquisadores e concentrado alguns dos principais debates. São eles: *a.* a relação dos sindicatos com o Estado (particularmente no México); *b.* a discussão acerca da profundidade da ruptura que aconteceu na ação dos trabalhadores em educação na década de 1978 (particularmente no Brasil); e *c.* o papel das modificações no processo de trabalho e no recrutamento docente como chave para compreender as transformações na ação reivindicatória da categoria na Argentina e Brasil.

A relação dos sindicatos com o Estado foi colocada com certa superficialidade por parte da produção em análise, seja em termos da necessidade de autonomia no Brasil (perspectiva tributária do discurso do movimento sindical emergente no final da década de 1970) ou da necessidade de colaboração para a implementação das reformas (horizonte comum nas pesquisas que consideram o sindicalismo docente desde as políticas públicas em educação). Seria no México onde o debate sobre a relação do sindicato docente com o Estado, e o papel do sindicato no sistema educacional, alcançaria maior profundidade. Street⁴⁴ enfatizou que o sindicato participava do controle do estado sobre os trabalhadores, Arnaut⁴⁵ reconstruiu historicamente

40 A. Mulcahy, “Interacciones entre sindicatos docentes y estado. La provincia de Buenos Aires entre 2000 y 2007”, Buenos Aires, Universidad de San Andrés, 2008, tesis de maestría en educación.

41 A. Migliavacca, “La protesta docente en la década de 1990. Experiencias de organización sindical en la provincia de Buenos Aires”, Luján, Universidad Nacional de Luján, 2009, tesis de maestría en política y gestión de la educación.

42 A. R. E. Hernández, “La institucionalización de la escuela rural mexicana y la sindicación del magisterio en San Luis Potosí, 1921-1943”, San Luis Potosí, El Colegio de San Luis, 2006, tesis de maestría en historia.

43 S. K. Fernández, “Los juegos del poder: Los dirigentes del SNTE, 1989-2005”, México, Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, 2010, tesis de doctorado en ciencias sociales.

44 S. Street, op. cit.

45 A. Arnaut, op. cit.

os mecanismos pelos quais o sindicato ganhou crescente influência sobre o sistema educacional e Ornelas descreveu e caracterizou essa relação como de colonização.⁴⁶ Esta linha de reflexão, no caso mexicano, deve-se a que nesse país alguns mecanismos presentes em outros países (garantidos por uma relação com o Estado, que pode ser definida como corporativista⁴⁷) atingiram um desenvolvimento que não encontram paralelo na região.

No Brasil, a principal questão colocada pelos trabalhos da década de 1980 anunciava que a ruptura aberta com as mobilizações de 1978-1979 havia sido realmente profunda: os professores se identificaram como trabalhadores em educação, filiaram-se à principal central operária, politizaram as suas demandas, construíram entidades de luta e deflagraram combativas greves de massas. Um trabalho posterior, mas com idêntica perspectiva, é o desenvolvido por Ferreira Jr.⁴⁸ Esta abordagem vem sendo relativizada em pesquisas posteriores, entre as quais se destacam as de Paula⁴⁹ e de Vicentini & Lugli.⁵⁰ Segundo esses últimos trabalhos, uma ruptura teria acontecido com anterioridade, nas greves e mobilizações ocorridas entre 1956 e 1968, e a ruptura do final da década de 1970 foi exagerada pela bibliografia.⁵¹

As modificações no processo de trabalho e no recrutamento docente – temática central para compreender as transformações na ação reivindicativa da categoria – nem sempre foram objeto de pesquisas sistemáticas. Muitas vezes, as referências são vagas e a fundamentação empírica insuficiente, mas permanece um dos grandes temas de reflexão para o entendimento da ação sindical docente, às vezes mediado pelas referências à “identidade docente”. Uma pesquisa contemporânea que siste-

46 C. Ornelas, “El SNTE, Elba Esther Gordillo y el gobierno de Calderón”, *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, Vol. XIII, n. 37, México, Comie, abr-jun 2008.

47 Uma tentativa de colocar essa problemática em termos mais acadêmicos, comparando Argentina, Brasil e México, em diálogo com a produção da sociologia do trabalho e o problema do corporativismo, é apresentada por J. Gindin em “Sindicalismo docente en México, Brasil y Argentina. Una hipótesis explicativa de su estructuración diferenciada”, *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, Vol. XIII, n. 37, México, Comie, abr-jun 2008.

48 A. Ferreira Jr., “Sindicalismo e proletarização: A saga dos professores brasileiros”, op. cit.

49 R. P. de Paula, op. cit.

50 P. P. Vicentini & R. G. Lugli, *História da profissão docente no Brasil: Representações em disputa*, São Paulo, Cortez, 2009.

51 Uma discussão paralela desenvolveu-se na Argentina. Cf. S. Vázquez & J. Balduzzi (op. cit.) e D. Cormick (“Sindicalismo docente bonaerense 1958-1988”, Luján, Universidad Nacional de Luján, 2005, tesis de maestría en ciencias sociales).

matiza a informação empírica sobre o caso argentino e critica as hipóteses explicativas colocadas desde esse ponto de vista é a tese de Donaire.⁵² Registram-se também, nesse campo de estudos, variados trabalhos sobre as condições de trabalho dos docentes que têm procurado identificar e analisar as interpretações e ações das organizações sindicais, bem como as interpretações dos próprios professores sobre a atuação sindical. Uma recente pesquisa de abrangência nacional sobre o trabalho docente na educação básica no Brasil, envolvendo sete estados, revelou, em seminário promovido em novembro de 2010, alguns de seus dados parciais que merecem destaque. Os dados indicam a baixa taxa de sindicalização docente no Brasil e a reduzida crença e expectativa, por parte dos sindicalizados, em relação à atuação das direções sindicais.⁵³ A pesquisa divulga que a maior taxa de sindicalização se situa hoje entre docentes vinculados à educação infantil, etapa da educação básica que muito recentemente se inicia como dever do Estado (municípios) para com a sua oferta, e que tem em sua agenda, como ponto prioritário, a melhoria do acesso e da cobertura. Esse estágio inicial parece trazer motivação para a organização coletiva desse segmento de trabalhadores docentes em torno de seus sindicatos com vistas a alcançar a propalada e almejada valorização do magistério. Há também registros de estudos que buscam comparar realidades de países da América Latina, relacionando condições de trabalho e luta docente.⁵⁴

Lacunas, potencialidades e desafios para a pesquisa na área

Na atualidade, confluem na produção sobre sindicalismo dos trabalhadores em educação diferentes disciplinas (história, sociologia, educação) e diferentes atores da política educacional (organismos internacionais, fundações privadas e os próprios sindicatos). Essa confluência estrutura diferentes âmbitos de discussão, com muitos pontos de contato, mas com interlocutores e objetivos diferentes.

52 R. M. Donaire, “La posición social de los docentes en la actualidad. Una aproximación a partir del estudio de los docentes de la ciudad de Buenos Aires”, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 2009, tese de doutorado em ciências sociais.

53 Cf. http://www.cnte.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5357&Itemid=208.

54 Cf. D. A. Oliveira & S. D. G. Melo, *Cambios en el trabajo y en la lucha docente: Reflexiones acerca de las experiencias recientes en Argentina y en el Brasil, Fundamentos en Humanidades*, Vol. 20, San Luis, 2010.

Em linhas gerais, a produção internacional tem sido orientada por preocupações políticas e os critérios propriamente acadêmicos ou científicos – como o rigor ou a demanda de uma perspectiva teórica explícita etc. – foram subordinados. Outras duas características são visíveis nessa produção.

Para as agências, públicas ou privadas, preocupadas com a educação, a atividade sindical dos trabalhadores em educação aparece inicialmente como um problema para a gestão do sistema e controle dos trabalhadores, e não como forma de garantir e exercer os direitos trabalhistas e sindicais dos professores.

Observa-se uma tendência de abordar a realidade regional com uma base empírica frágil, porque – conforme destacamos – a produção sobre sindicalismo docente apresenta-se muito desigual. Essa tendência aparece mais frequentemente nos ensaios e nos trabalhos que se referem em bloco à atitude dos sindicatos docentes na América Latina.

No âmbito dos programas de pós-graduação em educação, atualmente muito imbuídos da lógica produtivista presente na educação superior, as dissertações e teses desenvolvidas diretamente sobre sindicalismo docente ainda são poucas, embora se registre o seu aumento nos últimos anos. Além disso, alguns elementos relacionados à temática são abordados tangencialmente. Nas produções existentes, constata-se marcadamente a autoria de pesquisadores oriundos da militância sindical ou ainda nela inseridos. Esse pertencimento tem acarretado críticas quanto a limites observados nas produções, sobretudo no que tange à dificuldade de distanciamento necessário entre o sujeito pesquisador e objeto. Não obstante, tem crescido, no meio acadêmico, o reconhecimento da relevância do estudo das organizações sindicais docentes em razão das inúmeras medidas e programas governamentais em curso e pela compreensão da complexidade e dinâmica presente nas práticas sociais. A captura das perspectivas sindicais começa a ser buscada para a ampliação das análises das políticas e práticas educativas, o que vem abrindo a perspectiva para o crescimento da produção dessa natureza. De outro lado, também no campo da sociologia do trabalho, há um recrudescimento do interesse originado pela gravitação dos sindicatos docentes nos conflitos trabalhistas e no movimento sindical. A repercussão das Redes citadas tem contribuído muito para esse processo em alguns países. Há mesmo grupos de investigações consolidados que ampliaram seus eixos de investigação, incorporando ou oferecendo novo impulso a essa perspectiva.⁵⁵

55 São exemplos o Grupo de Políticas Educacionais e Trabalho Docente (Gestrado/UFGM), o Grupo de Estudo e Pesquisa de Política Educacional, Formação e Trabalho Docente (Gestrado/UFGM) e o Grupo de Pesquisa em Gestão, Trabalho e Políticas Educacionais (Getepe/UFRN).

Entre os fenômenos setoriais mais significativos dos últimos anos, encontram-se o crescimento da produção acadêmica na Argentina, a consolidação de um *corpus* de material básico sobre praticamente todos os países da região, o surgimento de uma comunidade interdisciplinar de pesquisadores sobre a temática no Brasil (país no qual a necessidade de transcender as fronteiras estaduais era muito grande) e o fortalecimento dos laços entre pesquisadores argentinos, brasileiros e de outros países. A realidade política e o papel dos sindicatos nas últimas décadas, tanto como a dinâmica dos sistemas de pós-graduação, foram de grande importância para esses processos. Ante a esse movimento dialético, em que vários agentes se inter-relacionam, pode-se acreditar e antever que o campo de pesquisas sobre o sindicalismo docente tende a galgar novos patamares nos próximos anos, com pesquisas mais sólidas e abrangentes, inclusive ultrapassando o limite das fronteiras nacionais.

